

Semanário Informativo

Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 24 | Novembro - 2017



AT e Banco de Moçambique selam laços de cooperação

Memorando de Entendimento visa reforçar a troca de conhecimento e de informação sobre as Políticas Fiscal e Monetária no país

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTORA
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fenias Zimba

REDAÇÃO
Fenias Zimba, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,

COLABORAÇÃO
Maurício Cumbi, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemusse, Arnaldo Teimoso, António Camacho, José Massaruge, Elísio Massangaie, Valerdina Manhonga, Ana Merciana, Belton Impulá, Bruno Laranjeira, Fadil Ismael, Benjamim

REVISÃO
Bernardino Manhaussane, Natércia Manhenje

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Para Cooperação nas áreas Financeira Fiscal e Aduaneira

AT e Banco de Moçambique assinam memorando de entendimento

A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), Amélia Nakhare, e o Governador do Banco de Moçambique (BM), Rogério Lucas Zandamela, assinaram, no dia 8 de Novembro de 2017, em Maputo, um Memorando de Entendimento, que tem por objecto o estabelecimento de uma relação de cooperação em matéria de inclusão financeira, implementação das políticas monetária, cambial e financeira, educação fiscal e aduaneira.

O referido memorando prevê a troca regular de informação sobre matérias relativas às atribuições de cada uma das partes, a realização conjunta de trabalhos, estudos em áreas de interesse comum, a troca de experiências e a realização conjunta de acções que contribuam para a inclusão financeira e fiscal.

A AT na qualidade de entidade responsável pela promoção da eficácia, eficiência e equidade das políticas fiscal e aduaneira, irá disponibilizar estatísticas fiscais e aduaneiras, e pareceres concernentes àquelas matérias.

Por seu turno, o BM na qualidade de entidade reguladora dos mercados monetário, financeiro e cambial, irá partilhar com a AT, estatísticas e estudos relevantes em matéria cambial, financeira, monetária e da balança de pagamentos, e outras relativas às suas atribuições.

A coordenação, implementação e acompanhamento da execução do Memorando de Entendimento, estará a cargo de uma Comissão Técnica conjunta, que se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente,

sempre que se justificar.

Com este memorando, as duas instituições estabelecem princípios orientadores para uma melhor coordenação em matérias de interesse comum, estando cientes dos resultados positivos que possam advir da implementação de acções concretas.

No seu discurso, a Presidente da AT, disse que o memorando aparece em resposta a necessidade de uma maior articulação, coordenação e troca de saberes entre as duas instituições a luz das suas competências estatutárias. Realçou, ainda, que a troca de informações sobre matérias afim irá galvanizar e dinamizar a economia e a sociedade, permitindo maior transparência, eficiência e eficácia na gestão dos fluxos que ocorrem nos



Rogério Zandamela e Amélia Nakhare, Governador do BM e Presidente da AT



domínios do comércio externo e interno.

Para Nakhare a cooperação que se pretende, com o memorando ora assinado, extravasa o âmbito de eficiência dos processos, passando a abranger aspectos relativos a aprimoramento dos mecanismos conjuntos no combate aos crimes financeiros e tributários que envolvam a actividade económica, a exemplo do contrabando, da exportação e importação ilegal de dinheiro, do branqueamento de capitais, da fuga ao fisco nas

operações de importação e exportação que exijam o envolvimento do sistema financeiro e tributário. *“Uma maior articulação entre o Banco de Moçambique e a Autoridade Tributária, irá resultar numa maior capacidade de arrecadação de receitas que irá desencadear maior sustentabilidade orçamental e quiçá um incremento da base monetária e das reservas internacionais se tivermos presente que os crimes financeiros e fiscais são a principal arma utilizada, pelo crime transnacional organizado, para a erosão monetária, sobretudo em*

operações que envolvam o fisco”, frisou Nakhare.

Por seu turno, o Governador do Banco de Moçambique (BM), Rogério Zandamela, começou por congratular a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique e seu elenco, pelos esforços que tem estado a empreender na arrecadação de receitas, necessárias para o bom funcionamento da economia do país e, em particular, do Aparelho do Estado.

De seguida o Governador disse que *“o memorando que acabamos de assinar constitui um momento ímpar para as nossas instituições, pois o mesmo irá fortalecer e incentivar a colaboração mútua para uma correcta implementação da política monetária e cambial, por um lado, e da política fiscal e aduaneira, por outro, em prol do bem-estar da sociedade moçambicana”.*

“Para o Banco de Moçambique, a informação da Autoridade Tributária é crucial no cumprimento do mandato de compilação e análise das estatísticas da Balança de Pagamentos, e estou convicto de que, nos próximos três anos de vigência deste memorando, bem assim nos anos subsequentes, essa troca de informação irá galvanizar a produção e disseminação tempestiva das nossas estatísticas”, finalizou. REDACÇÃO



Funcionários do BM e da AT testemunhando o acto da assinatura de MdE

“A lista de exigências é maior que a lista dos nossos direitos” - Afirma Amélia Nakhare, na cerimónia de tomada de posse

Por: Ricardo Nhantumbo

A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, nomeou e conferiu posse a nove funcionários para exercerem, em comissão de serviço, cargos de direcção e chefia, em diferentes unidades orgânicas da instituição. O acto teve lugar no Edifício-sede da AT, em Maputo, a 08 de Novembro corrente, na presença de membros do Conselho Directivo e outros técnicos convidados para testemunharem o acto.

Dos quadros nomeados, destaque vai para Moisés Filipe Manhique, que passa a exercer, em comissão de serviço, o cargo de Director de Política Tributária, Rui Carlos de Sacramento Dimbane e Samuel, nomeado para o cargo de Chefe de Repartição de Investigação na Direcção de Irregularidade de Pessoal e Anti-corrupção, Lira Justina Tembe, para o cargo de Chefe de Repartição de Verificação de Processos Disciplinares no Gabinete de Controlo Interno e Maria Nhanguinome João Samuel, nomeada para o cargo de Chefe do Posto de Cobrança da Josina Machel.



Num discurso eloquente e carregado de emoção, Amélia Nakhare começou por saudar o equilíbrio de género naquele acto, tendo dito que o mesmo significa que as mulheres estão a tomar os seus lugares na instituição, o que é positivo. De seguida, Nakhare disse aos recém-empossados que encontram a instituição já em “velocidade de cruzeiro” e que devem arregaçar as mangas e correr, juntos com aqueles que já estão a correr.

“Temos grandes desafios a todos os níveis com maior incidência nas áreas operacionais, onde a maioria de vocês vai trabalhar. Certamente irão encontrar lá equipas de trabalho, o que nós recomendamos é que procurem fazer um trabalho de equipa e sobretudo procurem dinamizar essas equipas, de modo a responderem às exigências das atribuições que são dadas às unidades pelas quais vão responder”.



Funcionários empossados no momento da leitura de Termo do Compromisso de Honra

Em Cabo Delgado

AT capacita professores

Por: César Sucute

A Delegação Provincial da AT, em Cabo Delgado, realizou, recentemente, uma acção de capacitação aos professores em matérias de Facturação e Sistema Tributário Moçambicano. A capacitação que se realizou no âmbito das celebrações do mês do professor teve como facilitadores os funcionários Raimundo Xirinda e Carolina Valentim e enquadra-se nas acções da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira em curso em todo o país desde o ano de 2010, visando o alargamento da base tributária e a consciencialização dos moçambicanos sobre a cidadania fiscal e a importância social e económica do imposto.

Trata-se da segunda vez que a AT, ao nível da Província de Cabo Delgado, realiza acções de género, orientadas para este grupo alvo muito importante para a sociedade, pós, é através dos professores que se incutem valores culturais, económicos, políticos e outros, aos potenciais contribuintes de amanhã.

Usado da palavra, o Delegado Provincial, Júlio Mazembe, fez conhecer, aos formandos, que está em curso, em todo o país, a campanha de

divulgação da importância da facturação em todas as transacções comerciais, através de realização de palestras, nos distritos, mercados e estabelecimentos de ensino superior.

Informou, ainda, que está a decorrer, a escala nacional, a fiscalização à facturação, de modo a incrementar os níveis de arrecadação do imposto

sobre o valor acrescentando - IVA que, como devem saber, tem peso bastante significativo na carteira fiscal.

Para finalizar, Mazembe solicitou aos professores para prestarem apoio à AT, fazendo a divulgação das suas actividades no seu dia-a-dia do trabalho, ao nível das escolas e no seio das comunidades.



Popularização de impostos

Alusivo às festividades do 59º Aniversário da Cidade de Pemba, foi realizada, no dia 20 de Outubro de 2017, no Estádio Municipal local, o festival capulana, onde participaram vários grupos culturais.

Na ocasião a AT passou mensagens sobre a importância económica e social do imposto e fez a cadastração fiscal dos participantes do evento.



Lançada a campanha de fiscalização à facturação



A Delegação Provincial da AT de Cabo Delgado lançou, no dia 25 de Outubro de 2017, a campanha de fiscalização à facturação em matéria do IVA. O evento foi dirigido pelo respectivo delegado provincial, Júlio Mazembe e participaram do acto o Director e Chefe das Operações dos Serviços Provincias das Alfandegas de Cabo Delgado, Anselmo Fumo e Nazilo Valabdas, respectivamente, a Directora da DAF de Pemba, Zaida Paulo, e a equipa de fiscalização.

Na ocasião, foram formadas 4 brigadas de fiscalização que trabalham ao nível da Cidade de Pemba, nos estabelecimentos comerciais e mercados para sensibilizarem aos comerciantes a emitir facturas no acto de realização das vendas, bem como persuadir a população a exigir estes documentos, nas suas transacções comerciais.

Refira-se que este trabalho será expandido

para todos os distritos da província, com maior divulgação através da comunicação social.

Na mesma senda, decorreram acções de educação fiscal e aduaneira e a emissão de 458

NUIT's aos produtores e comerciantes do Posto Administrativo de Impiri, Distrito de Balama, durante o lançamento da Campanha Agrícola 2017/2018 e de Comercialização de Castanha de Caju 2017. 🌱

EU SOU FISCAL



NÃO AO CONTRABANDO

Em Niassa

AT participa na Feira da Acção Social

Por: Ângelo Madrugas




Alusivo às comemorações da Semana de Protecção Social, introduzida, pela primeira vez em Moçambique, sob o lema: “Investir na Protecção Social é Investir no Capital”, a Delegação da AT de Niassa foi convidada a participar na Feira da Acção Social, promovida pela Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social, para atribuição de NUIs.

O evento, que foi realizado no dia 18 de Outubro

de 2017, no Posto Administrativo de Meponda, Distrito de Lichinga, foi bastante elogiado pelos participantes e beneficiários dos serviços. Estes agradeceram e encorajaram a que eventos desta natureza fossem levados a cabo a nível de toda a província, com vista a beneficiar mais pessoas.

Durante a feira, foram registados 102 novos NUIs, dos quais 60 atribuídos e entregues no local. Dadas

as situações desfavoráveis de logística naquele ponto do Distrito, os trabalhos continuaram na cidade de Lichinga, num Centro de Idosos daquela instituição, na semana de 30 de Outubro a 03 de Novembro corrente, tendo sido atribuídos mais 108 NUIs.

De referir que a AT fez-se representar, no evento, por três (03) funcionários, nomeadamente, Graziela Teixeira Dias, Rassul Candulo Janato e Ângelo Consolador Madrugas Curuna. 



Marcação de Combustíveis

Assinado contrato para início de actividades

Por: Ricardo Nhantumbo



No âmbito dos esforços do Governo visando colmatar a evasão fiscal que tem resultado em enormes perdas de receitas para o Estado, na importação e comercialização de produtos petrolíferos, foi assinado, recentemente em Maputo, um contrato, entre o Estado Moçambicano representado pelo Ministério dos Recursos Minerais e SICPA-SA, empresa vencedora do concurso internacional, lançado para o efeito. O acto foi protagonizado pelo Secretário Permanente do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, Alfredo Nampete, e pelo Director Comercial da SICPA, Eric Corbier, na presença da Ministra do pelouro de energia, Letícia Klemens e da Presidente da AT, Amélia Nakhare.

A marcação de combustíveis é um processo que consiste na adição de diferentes marcadores de nano - escala (produtos químicos), nos terminais primários de importação de modo a permitir a diferenciação de combustíveis por seguimentos, nomeadamente os combustíveis importados e subsidiados para o consumo doméstico, em geral, ou destinado para o consumo de sectores específicos (como agricultura, pescas e algumas indústrias), bem como permite identificar combustível em trânsito que não está sujeito ao pagamento de Direitos Aduaneiros.

Os produtos petrolíferos, em particular os combustíveis, ocupam um lugar estratégico no quadro das políticas de desenvolvimento socioeconómico do país, pois contribuem significativamente na carteira fiscal, prevendo-se que com a marcação que iniciou, formalmente, com o acto de assinatura do contrato e sua implementação efectiva, esperada para o primeiro trimestre de 2018, o peso das receitas proveniente da tributação de combustíveis passe dos actuais 10% para 14%.

Falando à comunicação social, após a apresentação do projecto aos membros do Conselho Directivo da AT, o Director Nacional de Combustíveis e Hidrocarbonetos no MIREM, Moisés Paulino, disse que o Governo pretende, com este processo, conhecer, de uma forma mais pormenorizada, a cadeia de distribuição de combustíveis, tendo em conta que 100% dos produtos petrolíferos que circulam no país são importados, havendo por isso, maior interesse por parte do Governo em ter o controlo efectivo da cadeia toda de distribuição de combustíveis.

Paulino assegurou que, com o contrato de marcação de combustíveis, que tem duração de 2 anos, fica garantido o controlo da cadeia logística destes produtos, o que seguramente irá influenciar positivamente nos índices de arrecadação de receitas pela AT, não só, mas também, irá debelar a problemática de adulteração dos combustíveis. Por seu turno, Miguel Nhane, Coordenador Geral do Projecto de Selagem e Marcação de Combustíveis na AT disse que *“de facto a instituição irá se beneficiar em grande medida, com o processo de marcação de combustíveis que vai decorrer do controlo adicional que passará a ter”*. Sem precisar quantificar as perdas decorrentes de fuga ao fisco por falta de marcação, Nhane



Moisés Paulino, Director Nacional de Hidrocarbonetos e Combustíveis

disse que a instituição já fez um teste piloto em 2012 e 2013, na Terminal Oceânica da Beira, que foi mais qualitativo e ajudou a ter a percepção da gravidade da situação, em termos de contrabando, descaminho aduaneiro e em termos de contrafacção.

“Na altura houve detenção de camiões com combustível que havia sido declarado como de regime de trânsito, a abastecer bombas no mercado interno, outro declarado como para o consumo interno, isto antes de o Governo liberalizar os preços de combustíveis, por tanto, havia um subsídio no preço de venda ao público e este combustível foi detectado a cruzar as fronteiras com destino ao Malwi e Zimbabwé. Houve, também, situações de combustível destinado ao consumo público ser levado aos mega-projectos, por tanto, são estas situações que nos levaram a convicção de que temos que avançar com medidas adicionais, aderir a este processo, para reforçar o nosso controle sobre os



Letícia Klemens e Amélia Nakhare, Ministra de Recursos Minerais e Energia e Presidente da AT, respectivamente

combustíveis”, explicou Nhane.

Nhane fez saber ainda que países como Tanzânia e Quênia, que adoptaram medidas similares ou idênticas, tem níveis de recuperação de receitas que rondam nos 45 a 50%, e tendo em conta que para Moçambique o peso de combustíveis na

carteira fiscal é de 10%,”por exemplo, para o ano de 2017 a meta é de cerca de 186.5 mil milhões de meticais, estamos a falar de 18.5 mil milhões de Meticais, por tanto, esperamos crescer, quase na metade desse valor, no próximo ano, como resultado da implementação desta medida, concluiu.🌱

Amélia Nakhare Recebe Delegação do Fórum Africano das Administrações Tributárias – ATAF

Por: Natércia Manheje

A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, recebeu recentemente, uma delegação do Fórum Africano das Administrações Tributárias – ATAF composta pelos senhores Sameera Khan, Pep Masseve e Eugénio Brás, Assessora Técnica para Tributação Internacional e Assistência Técnica, Assessor de Tecnologias de Informação e Comunicação, e Gestor de Pesquisas, respectivamente.

O encontro decorreu no edifício sede da AT, em Maputo, e tinha como objectivo a apresentação do informe da ATAF, como resultado da avaliação efectuada à AT para a assistência técnica, solicitada no âmbito da implementação do Plano Estratégico.

Amélia Nakhare enalteceu o apoio que a ATAF tem prestado a AT, sobretudo a luz dos desafios do Sistema Fiscal, tendo presente a visão conjunta 2019-2021. Referiu-se ainda

que apesar dos esforços em curso persistem alguns desafios, sendo que os principais estão elencados no Plano Estratégico da AT.

Num outro desenvolvimento a fonte salientou que a solicitação feita pela AT prende-se com a necessidade de obter assessoria para busca de melhores soluções para a superação destes desafios, considerando a experiência que o ATAF possui de outras administrações fiscais.

“Em relação a tributação electrónica, existe o desafio de inter-conectividade da JUE e o e-Tributação e da adequação do e-Tributação a legislação. Os actuais sistemas de cobrança da receita são frágeis e a AT ainda não possui recursos para avançar rapidamente para os novos sistemas, daí a manutenção dos actuais sistemas”, aclarou Nakhare.

Sameera Khan, Assessora Técnica para Tributação Internacional e Assistência Técnica

na ATAF, apresentou os agradecimentos do Secretário Executivo do ATAF e aduziu aquelas que considerou serem as grandes constatações como resultado do trabalho desenvolvido, adiantando as propostas de soluções de curto, médio e longo prazo. As áreas identificadas como tendo algumas fragilidades são as de registos de contribuintes, gestão de risco, auditorias e a modernização tecnológica.

Khan referiu, ainda que o ATAF não possui recursos para financiar os projectos de TIC, mas que pode apoiar através de assistência técnica. *“Após a avaliação efectuada, segue-se a elaboração do relatório e de uma proposta de um Plano de Acção com áreas, metas e indicadores para orientar a assistência técnica do ATAF à AT”,* explicou.

De referir que Moçambique é membro do Fórum das Administrações Fiscais Africanas –ATAF desde 2009.🌱



Missão

Arrecadar receitas, de forma justa e transparente, para financiamento da despesa pública e proteger a economia e a sociedade

Visão

Ser referência internacional na arrecadação de receitas e prestação de serviços tributários

Valores

Legalidade, Eficiência e Integridade (LEI)

